

# As "brechas perigosíssimas" da legislação

9 MAR 1997

ESTADO DE SÃO PAULO

**H**á alguns pontos que merecem ser ressaltados na entrevista que o presidente Fernando Henrique Cardoso concedeu à *Gazeta Mercantil* e publicada quarta-feira. O primeiro é a tranqüilidade com que ele vê a agitação jornalística e política em torno dos precatórios. Para o presidente da República, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), tanto quanto o Proer e o Proes, recentemente lançado, faz parte do processo de reestruturação do sistema financeiro nacional. Essa tranqüilidade na análise vem acompanhada, como sempre, da advertência de quem não deseja que os limites da autoridade de cada instituição sejam ultrapassados: "Ruim, só quando fazem um carnaval, mas não estão fazendo." Aceite-se a frase final por conta da necessidade que o presidente tem de manter boas relações com o Congresso...

Outro ponto que merece destaque é que, para o presidente da República, toda essa movimentação é, afinal, "um aprendizado, tanto para o Congresso quanto para os governadores e para a própria opinião pública, que começa

a entender como se faz o endividamento público". Evidentemente, o endividamento público não se faz com tramóias, mas os Tesouros estaduais e municipais — como se está vendo na CPI — podem aumentar suas dívidas graças a elas. O presidente Fernando Henrique Cardoso sabe disso. Mais ainda, tem consciência de que as "brechas perigosíssimas" que permitiram se chegasse ao escândalo dos precatórios estão no "círculo de leis e regulamentos".

É sobre esse ponto que o presidente da República deveria insistir: quanto mais leis, decretos, regulamentos, portarias e instruções normativas se fazem, mais confuso fica o cidadão e o contribuinte e mais espaço se abre para que os espertos encontrem brechas que lhes permitam agir ao arrepio da lei. Nesse ponto em particular convém ligar as palavras do presidente da República com a entrevista do ministro da Fazenda ao *Jornal do Brasil* — na quarta-feira —, na parte em que Malan mostra que bancos centrais com estrutura muito mais ágil e mais técnica do que a do Banco Central do Brasil demoraram pa-

ra descobrir fraudes gigantescas como as do BCCI e da Daiwa Securities. A reestruturação do sistema financeiro brasileiro, que se está processando por medidas de longo alcance como o Proer e a CPI, é, na curiosa imagem do presidente, como a digestão do jantar da jibóia, demorada.

Quanto ao Proer, o presidente tem certeza de que será reconhecido interna e externamente como corajoso investimento para afastar o "risco sistêmico" que ameaçava as instituições financeiras como um todo.

O presidente da República enfrenta com coragem um desses "riscos sistêmicos": os bancos estatais estaduais. Para ele, na época da inflação, eles tinham a função de rolar a dívida dos Estados — novamente, a sensibilidade política orienta o juízo crítico, pois todos sabem que esses bancos serviam a coisas menos dignas do que rolar dívidas públicas. Hoje, porém, continua o presidente, eles são um

"trambolho, não têm serventia" e a população começa a tomar consciência disso. A solução, pois, é privatizá-los: "Os bancos estaduais não têm mais defesa política." Até o governo Itamar Franco, havia interesses políticos

— como nos casos da Paraíba e do Piauí — que impediam que bancos estaduais fossem fechados. Hoje, não. Há dois problemas, porém, que tor-

nam a solução privatizante difícil, embora necessária: um, o que fazer com os funcionários desses bancos, amparados pela CLT ou por leis específicas estaduais; outro, descobrir quem se abalançaria a comprar instituições financeiras sabidamente falidas.

Com o Proes, talvez seja possível encontrar esses compradores. Não será fácil, no entanto. O que significa, para usar a imagem do presidente Fernando Henrique Cardoso, que a digestão do jantar da jibóia que engoliu os bancos estaduais será mais demorada do que a dos grandes bancos privados.

## O presidente da República vê na crise dos precatórios uma grande lição política